

MEU CASACO DE GENERAL: 500 dias no *front* da Segurança Pública do Rio de Janeiro

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de General**: 500 dias no *front* da Segurança Pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 475 pp.

Eduardo Paes Machado

O autor do livro, Luiz Eduardo Soares, é antropólogo e cientista político, e professor universitário, tendo ocupado os cargos de Subsecretário de Segurança Pública e Coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro (entre 1999 e 2000) e de Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em Brasília (2003).

O livro é um relato da experiência, pouco comum pelos padrões brasileiros e internacionais, de um cientista social na equipe dirigente da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. O gênero memória e o estilo polêmico se prestam a uma exposição caleidoscópica, desvendadora, mas um tanto fragmentada, da (in)segurança do Rio de Janeiro: a criminalidade, comum e policial, a organização das polícias, as posturas governamentais face ao crime, os projetos inovadores e as resistências à reforma do policiamento.

Buscando atuar no fio da navalha do seu cargo, o autor não desperdiçou tempo, aproveitando todas as oportunidades para criar fatos por meio da elaboração, implementação e divulgação de propostas renovadoras das polícias. Na falta de apoio político, entretanto, as resistências político-institucionais a estes projetos, por meio de críticas mal intencionadas, tentativas de desestabilização e ameaças, culminaram na demissão e auto-exílio de Soares nos Estados Unidos.

Em meio a críticas repetidas, que poderiam ser resumidas a bem do leitor, aos posicionamentos do governador e chefes da segurança pública, muitos dos quais vinculados ao aparato de repressão

política do período ditatorial, o autor desenvolve análises valiosas da crise do sistema de justiça penal.

Já na Introdução, o autor explicita, de forma emblemática, o nó górdio a ser desatado por qualquer política de segurança pública minimamente séria no país: a promiscuidade entre o crime e o aparelho policial e os efeitos deletérios disso para a sociedade, sobretudo, para os trabalhadores pobres e moradores de favelas, expostos àquela dupla tirania. Numa cidade dominada, desde a segunda metade dos anos 80, pela aliança entre os tráficos de drogas e de armas, Soares salienta as 20.000 mortes, principalmente de crianças e adolescentes, provocadas por aqueles, ao longo da década de 90. Afora disseminar valores belicistas, destruir estruturas familiares, enfraquecer relações comunitárias, estimular a criminalização da pobreza, atuar como fonte de muitas outras atividades criminosas, os mercados ilegais de drogas e armas penetraram, tal como se vê em outros países latino-americanos e asiáticos, em toda a sociedade e no Estado, induzindo muitos policiais, juntamente com empresários e políticos, à corrupção.

Complementando este sombrio diagnóstico, o autor fala – na linha dos livros *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, 1997 e, mais recentemente, *Abusado*, de Caco Barcellos, 2003 – da subjetividade dos jovens pobres e negros-mestiços que ingressam no tráfico armado de drogas para lograr, por meio das armas e do medo que infundem, uma visibilidade social que lhes é negada pela sociedade e pelo Estado.

Face à expansão da criminalidade violenta, Soares defende uma “terceira via” para a segurança pública, diferente tanto da truculência seletiva dos governos de direita que, visando resultados imediatos, se aliam aos setores corruptos da polícia, como distinta do denunciamento da esquerda, que adia o enfrentamento dos problemas para o longo prazo das mudanças estruturais. Acreditando na compatibilidade, entre eficiência policial e respeito pelos direitos humanos, existente em muitos países, o autor denuncia as políticas governamentais caracterizadas pela brutalidade policial, cinismo, hipocrisia e absoluto desprezo pelas comunidades pobres, e justifica o confronto aberto com a corrupção policial para promover mudanças.

O grande desafio para qualquer política reformadora era e continua sendo o controle das Polícias Civil e Militar, as quais, numa aparente posição de subordinação às secretarias de segurança pública, que se presta ao uso político do policiamento, têm carta branca para buscar finalidades próprias, privadas e criminosas. As duas polícias possuem atribuições diferenciadas que, na maior parte das polícias ocidentais modernas, estão reunidas numa mesma organização, o policiamento ostensivo-preventivo e o investigativo. As conseqüências dessa fragmentação do ciclo do trabalho policial, irracionalidade esquizofrênica ou dualismo policial, vão além da tradicional rivalidade entre departamentos de polícia, aprofundando a competição por recursos escassos, bloqueando os esforços conjuntos e conspirando contra a eficácia do policiamento.

Observada de perto, a organização da Polícia Civil, com suas delegacias fisicamente degradadas, insalubres e hostis, apresenta-se como um arquipélago de feudos, submetidos a barões zelosos pela manutenção do corporativismo e da lucrativa rede de corrupção. Diante deste quadro, a proposta de criação de novas delegacias de polícia, as chamadas delegacias legais, que padronizam procedimentos, acabam com a carceragem de presos, humanizam o atendimento ao público e trabalham em parceria com outros órgãos do sistema penal. Assim, decretaria, segundo o autor, o fim de uma era de corrupção ilimitada, métodos violentos de investigação e rotinas irracionais e ineficazes.

Quanto à Polícia Militar, menos discutida no livro do que a Polícia Civil, o autor aponta seu corporativismo, arcaísmo, corrupção, abusos de autoridade, brutalidade e envolvimento com esquadrões da morte, mas não analisa a relação destes aspectos com o modelo do militarismo. É o militarismo da PM brasileira, refletido na subordinação às Forças Armadas, na organização interna e na relação com a sociedade que, combinado com a interiorização da ideologia da guerra contra o crime, contribui para torná-la campeã nas graves violações de direitos humanos, tais como execuções sumárias, nas Américas, de acordo com estudos de Chevigny (1995), Huggins (2000) e outros autores. Em outros termos, sem a desmilitarização desta força policial é impossível implementar qualquer reforma digna deste nome.

Na base de ambas organizações, o policial mal remunerado, desrespeitado nos seus direitos, amedrontado pelo crime e estigmatizado pela população se vê tentado a explodir contra civis de baixo *status* social, como mostram os trabalhos de Gabaldón e Birkbeck (1990), na Venezuela, fazendo dupla jornada de trabalho nas empresas de segurança privada e pactuando com o crime. Na psicologia deste policial, a corrupção se torna a saída para uma clandestinidade sem aura, sem heroísmo e sem esperança.

Com respeito aos mecanismos de prestação de contas (*accountability*), algo recente na tradição político-institucional e administrativa brasileira, Soares confirma avaliações sobre a inoperância, o caráter inercial, burocrático e corporativo destes mecanismos, mas não adianta propostas para ativá-los.

Enfim, num campo carente de estudos, o livro de Luiz Eduardo Soares aproxima o público da antipatizada polícia, evidenciando o perigo de seguirmos ignorando o papel crucial dessa instituição na consolidação da democracia e convidando os leitores a conhecer os sonhos, ambições e percalços de mais uma tentativa de reforma policial brasileira.

Este livro é uma leitura obrigatória para pesquisadores do policiamento no Brasil e na América Latina.

REFERÊNCIAS:

- CHEVIGNY, P. *The edge of the knife: police violence in the Americas*. New York: New York Press, 1995.
- BARCELLOS, C. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GALBADON, L. G.; BIRKBECK, C.; BETTIOL, D. *La policia en el vecindario*. Gobernacion del Estado de Merida/Universidad de los Andes, Merida. 1990.
- HUGGINS, M.K. Urban violence and police privatization in Brazil: blended invisibility. *Social Justice*, 2000. v. 27, n. 2, p. 113-134.
- LINS, P. *Cidade de Deus*. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1997.